

II - DESIGNAR o Promotor de Justiça de 3ª Entrância LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JÚNIOR para responder pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, durante o afastamento do titular, ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO, no período de 24 a 25/08/2021.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
 Belém, 12 de agosto de 2021.
 CESAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR
 PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 691949

APOSENTADORIA**PORTARIA Nº 2422/2021-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais;
 CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 20076/2020, datado de 28/09/2020;
 CONSIDERANDO que a D. PGJ autorizou o Departamento de Recursos Humanos, a proceder a retificação do Ato nº 177/2019, por meio do qual aposentou o Promotor de Justiça, MARCELO MAIA DE SOUSA, no sentido de ajustar os proventos da modalidade PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, para modalidade INTEGRAL E COM PARIDADE,
 CONSIDERANDO as diretrizes do artigo 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c artigo 6º-A e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.
 R E S O L V E:

I - RETIFICAR o ATO nº 177/2019, do Procurador-Geral de Justiça, datado de 18/06/2019, para aposentar o Promotor de Justiça MARCELO MAIA DE SOUSA, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c artigo 6º-A e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com previsão de PROVENTOS INTEGRAIS, em razão do disposto no LAUDO MÉDICO PERICIAL Nº 204993A, em que houve o enquadramento da situação como acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificada no artigo 186 da Lei nº 8.112/1990, conforme abaixo discriminado:

RETIFICAÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA**REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO NO CARGO EFETIVO - JUNHO 2019**

DESCRIÇÃO	REF	VALOR EM R\$
SUBSÍDIO	30 dias	33.689,11
TOTAL BRUTO		33.689,11
PROVENTO INTEGRAL		33.689,11

II - Os efeitos da retificação em questão serão retroativos a 1º/07/2019 (data da aposentadoria do Promotor de Justiça), considerando que o novo laudo aponta como início da incapacidade, 22/08/2018.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 12 de agosto de 2021.
 CESAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR
 PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 692012

TERMO ADITIVO A CONTRATO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2020**

Núm. do Termo aditivo: 1º
 Núm. do Contrato: 071/2020-MP/PA.
 Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa M H S FURTADO PROVIDORES EIRELI EPP.
 Objeto e Justificativa do Aditamento: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Mocajuba/PA. Prorrogação do prazo de vigência por mais 7 (sete) meses.
 Data de Assinatura: 12/08/2021.
 Vigência do Aditamento: 28/11/2021 a 27/06/2022.
 Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758.
 Elemento de Despesa: 3390-40
 Fonte: 0101
 Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 691951

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**Núm. da Dispensa: 27/2021-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a VIRTUAL TELECOM LTDA ME (CNPJ: 08.407.644/0001-00).
 Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Ipixuna do Pará/PA.
 Valor Total: R\$ 2.270,00 (dois mil, duzentos e setenta reais)
 Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.
 Data da Assinatura: 12/08/2021.
 Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758. Elemento de despesa: 339040. Fonte de Recurso: 0101.
 Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 691954

OUTRAS MATÉRIAS**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021-MP/PA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que a empresa FACE ENGENHARIA LTDA EPP interpôs Recurso Administrativo em face do resultado da fase de habilitação da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021-MP/PA, que tem como objeto a Reforma em prédio do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA de acordo com este Ato Convocatório e seus Anexos: Lote I - Reforma em sede do MPPA no município de São Domingos do Capim; Lote II - Reforma em sede do MPPA no município de Tucumã; Lote III - Reforma em sede do MPPA no município de Mãe do Rio.
 Informamos que o inteiro teor do recurso está disponível no site <http://www.mppa.mp.br/>, junto ao link da referida Tomada de Preços no Portal da Transparência, e que o prazo para apresentação de Contrarrazões acerca das Razões Recursais correrá conforme o Art.109, §3º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, a contar desta publicação.
 Comissão Permanente de Licitação

Protocolo: 692416

RESUMO DA PORTARIA N.º 01/2021-MP/PJI

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITUPIRANGA torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópolis do Incra, Marabá-PA.

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º 000447-095/2020

Instauração de Procedimento Preparatório para apurar eventuais irregularidades ocorridas na gestão ambiental municipal de Itupiranga/PA, tendo em vista que os recursos arrecadados pela SEMMA, a título de tributação de taxas de licenciamento e dirigidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, não estariam sendo aplicados de acordo com o artigo 16 da Lei 046/2009 (Política Municipal de Meio Ambiente).

Itupiranga/PA, 10 de agosto de 2021.

JOSIEL GOMES DA SILVA

Promotor de Justiça Titular

da Promotoria de Justiça de Itupiranga

Protocolo: 692245

RESUMO DA PORTARIA N.º 01/2021-MP/PJI

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITUPIRANGA torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópolis do Incra, Marabá-PA.

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º 000076-095/2021

Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar a política municipal de tratamento e atendimento do idoso.

Itupiranga/PA, 10 de agosto de 2021.

JOSIEL GOMES DA SILVA

Promotor de Justiça Titular

da Promotoria de Justiça de Itupiranga

Protocolo: 692246

RESUMO DA PORTARIA N.º 02/2021-MP/PJI

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITUPIRANGA torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópolis do Incra, Marabá-PA.

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º 001597-095/2019

Instauração de Procedimento Preparatório para apurar eventuais irregularidades no repasse do FUNDEB no ano de 2019.

Itupiranga/PA, 10 de agosto de 2021.

JOSIEL GOMES DA SILVA

Promotor de Justiça Titular

da Promotoria de Justiça de Itupiranga

Protocolo: 692249

RESUMO DA PORTARIA N.º 03/2021-MP/PJI

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITUPIRANGA torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópolis do Incra, Marabá-PA.

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º 000446-095/2020

Instauração de Procedimento Preparatório para apurar supostas irregularidades praticadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Itupiranga à época dos fatos, que teria efetuado transações financeiras com a empresa R&A Engenharia LTDA, sem aval do Conselho Municipal de Saúde.

Itupiranga/PA, 10 de agosto de 2021.

JOSIEL GOMES DA SILVA

Promotor de Justiça Titular

da Promotoria de Justiça de Itupiranga

Protocolo: 692252

ATO Nº 001/2021 – 1ªPJTFPAISFRJE**DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

SIMP Nº 000156-110/2018

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, arts. 66 e 69 da Lei nº 10.406/2002, art. 1º, parágrafo segundo c/c art. 4º, todos do PROVIMENTO CONJUNTO Nº 001/2017-MP/PGJ/CGMP, por este ATO, DESAPROVAR as contas da entidade denominada FUNDAÇÃO CRIANÇA FELIZ - FUNCRIFF, CNPJ nº 07.394.179/0001-58, referentes ao ano-calendário 2017.